

Canal Energia – 25/11/2008

Despacho de térmicas gerou custo de R\$ 1,7 bilhão para consumidor até agosto, diz estudo

Informações constam da sexta edição do programa Energia Transparente, do **Instituto Acende Brasil** e da PSR Consultoria

Da Agência CanalEnergia, OeM

O **Instituto Acende Brasil** e a PSR Consultoria lançaram nesta terça-feira, 25 de novembro, a sexta edição do programa Energia Transparente. Segundo o presidente do **Acende Brasil**, **Claudio Sales**, a publicação faz uma análise da relação custo-benefício imposta por medidas preventivas do governo para evitar racionamentos nos próximos anos como o acionamento das térmicas e a contratação de energia de reserva. O estudo aponta que o despacho fora da ordem de mérito representou, de janeiro a agosto deste ano, o custo de R\$ 1,7 bilhão para o consumidor, contra R\$ 24 milhões no ano passado e R\$ 207 milhões, em 2006.

A análise também calcula o índice custo-benefício (ICB) de uma nova metodologia proposta pelo ONS para aumentar a segurança de suprimento. Segundo o estudo, o ICB da nova metodologia ficou em R\$ 5,7 mil/MWh, acima do custo econômico do déficit usado pelo Ministério de Minas e Energia e pela Empresa de Pesquisa Energética nos estudos de planejamento, de R\$ 2,5 mil/MWh. Além disso, o índice também excede o maior segmento do custo-benefício usado no planejamento operativo do Operador Nacional do Sistema Elétrico, o maior que 20% da demanda (R\$ 4.839/MWh).

De acordo com o estudo, a ação de manter as térmicas a gás ligadas até hoje não é coerente com o planejamento operativo do ONS, que indicava que as térmicas a óleo deveriam ser desligadas a partir da terceira semana de fevereiro. O documento recomenda ainda que o governo apresente medidas à sociedade e que as submeta à audiência pública para obter contribuições, além de esclarecer metodologias utilizadas e quanto elas representarão de ônus para o consumidor.

O documento pede ainda que sejam divulgadas atas do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, a exemplo do que acontece com as atas do Copom. Além disso, a publicação recomenda a divulgação dos estudos do ONS que justificam os despachos fora da ordem de mérito pelo CMSE. O instituto critica o governo por "falta de transparência" por não divulgar os estudos do ONS alegando que isso impede que se avalie a relação custo-benefício desta geração adicional.

Outro ponto reivindicado pelo Energia Transparente é a definição de um "plano B" para o caso de necessidade de um racionamento de energia. "Se o nosso sistema é predominantemente hidrelétrico, há sempre a possibilidade de racionamento. É importante regulamentar um plano de racionamento", considera o presidente do **Instituto**.